

STJ00110571

2020

ATUALIZADO COM PACOTE ANTICRIME

# PROCESSO penal

FABIANO PIMENTEL





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2020, Fabiano Pimentel.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Letícia Robini

*Diagramação* Nathalia Torres

#### Catálogo na Publicação (CIP)

---

P644 Pimentel, Fabiano  
Processo penal / Fabiano Pimentel. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
1388 p.

ISBN 978-65-5589-057-0

1. Direito. 2. Direito Processual. I. Título.

CDDir: 341.4

---

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



# Sumário

Introdução .....	25
<b>1. Introdução ao processo penal .....</b>	<b>27</b>
1.1. Aspectos iniciais .....	27
1.2. O processo penal .....	29
1.3. Princípios do processo penal como garantias fundamentais .....	34
A. O devido processo legal .....	39
B. Presunção de inocência .....	41
C. Contraditório e ampla defesa .....	46
D. Verdade real .....	47
E. <i>In Dubio Pro Reo</i> .....	49
F. Isonomia .....	52
G. Fundamentação das decisões .....	58
H. Imparcialidade .....	64
I. Duplo grau de jurisdição .....	66
J. Duração razoável do processo .....	71
K. Inadmissibilidade de provas ilícitas .....	77
i. Prova ilícita por derivação .....	79
1.1. Teoria da fonte independente .....	82
1.1.i. Teoria da descoberta inevitável .....	85
1.1.iii. Limitação da mancha purgada .....	88
L. <i>Nemo Tenetur Se Detegere</i> .....	89
1.4. Sistemas do processo penal .....	95

A. Sistema inquisitivo.....	96
B. Sistema acusatório.....	97
1.5. A interpretação no Código de Processo Penal.....	98
1.6. Aplicação da Lei Processual Penal.....	100
A. No tempo.....	100
B. No espaço.....	101
C. Em relação às pessoas.....	103
i. Imunidades Diplomáticas.....	103
ii. Imunidades Parlamentares.....	107
1.7. Os sujeitos do processo.....	110
A. O Juiz criminal.....	111
i. Vitaliciedade.....	113
ii. Inamovibilidade.....	114
iii. Irredutibilidade de vencimentos.....	114
B. O Ministério Público.....	116
C. O assistente de acusação.....	119
D. A advocacia criminal.....	123
Súmulas relacionadas.....	128
Questões.....	129
<b>2. Sistemas de investigação preliminar.....</b>	<b>141</b>
2.1. Aspectos iniciais.....	141
2.2. Os sistemas de investigação preliminar.....	141
A. A investigação policial.....	142
B. O juiz instrutor.....	142
C. Promotor investigador.....	142
D. A investigação criminal defensiva.....	143
2.3. O inquérito policial.....	146
2.3.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade.....	146
2.3.2. Valor probatório.....	148
a. Provas cautelares.....	148
b. Prova não repetível.....	148
c. Prova antecipada.....	148

2.3.3. Características.....	149
a. Procedimento administrativo pré-processual.....	150
b. Informativo.....	150
c. Dispensável.....	150
d. Inquisitivo.....	151
e. Escrito.....	151
f. Sigiloso.....	151
g. Indisponível.....	151
2.3.4. Início do inquérito policial.....	152
a. Portaria.....	152
b. Requisição do Juiz ou do MP.....	152
c. Requerimento da vítima.....	152
d. Auto de prisão em flagrante.....	152
2.3.5. <i>Notitia criminis</i> .....	153
a. <i>Notitia Criminis</i> de cognição direta.....	154
b. <i>Notitia Criminis</i> de cognição indireta.....	154
c. <i>Notitia Criminis</i> de cognição coercitiva.....	154
2.3.6. Diligências investigativas.....	155
2.3.7. A competência do juiz de garantias no inquérito policial.....	170
2.3.8. Incomunicabilidade do indiciado preso.....	173
2.3.9. O indiciamento.....	174
2.3.10. Prazos do inquérito policial.....	176
2.3.11. Relatório.....	179
2.3.12. Termo circunstanciado.....	181
2.3.13. Arquivamento do inquérito policial.....	183
Súmulas relacionadas.....	190
Questões.....	191
<b>3. A ação no processo penal.....</b>	<b>205</b>
3.1. Aspectos iniciais.....	205
3.2. Conceito.....	206

3.3. Características do direito de ação.....	206
3.4. Condições da ação penal.....	207
A. Prática de fato aparentemente criminoso.....	208
B. Legitimidade de parte.....	208
C. Punibilidade concreta.....	209
D. Justa causa.....	210
3.5. Classificação.....	214
A. Ação penal de iniciativa pública.....	215
B. Ação penal de iniciativa privada.....	221
3.6. A inicial acusatória.....	227
3.7. A Ação Civil <i>ex Delicto</i> .....	237
A. Sentença penal condenatória.....	239
B. Sentença absolutória.....	243
Súmulas relacionadas.....	245
Questões.....	246
<b>4. O processo penal negocial.....</b>	<b>257</b>
4.1. Aspectos iniciais.....	257
4.2. As tradições jurídicas do <i>Common Law</i> e do <i>Civil Law</i> .....	258
4.3. Os sistemas inquisitorial e adversarial.....	261
4.4. A <i>Plea Bargaining</i> .....	265
4.5. O processo penal negocial brasileiro.....	270
A. O negócio jurídico do JECRIM.....	270
B. Suspensão condicional do processo.....	275
C. A delação premiada.....	278
D. O acordo de não persecução penal.....	284
4.6. A confissão no processo penal negocial.....	291
4.7. O sistema inquisitorial brasileiro e a desigualdade entre as partes.....	295
4.8. Sobre a reserva da jurisdição.....	299
4.9. Outros princípios violados na <i>Plea Bargaining</i> à brasileira.....	303
4.10. A <i>Plea Bargaining</i> desleal.....	306
Súmulas relacionadas.....	311

Questões .....	312
<b>5. Jurisdição e competência .....</b>	<b>317</b>
5.1. Aspectos iniciais .....	317
5.2. Princípios da jurisdição .....	319
A. Juiz natural .....	319
B. Inércia .....	319
C. Indelegabilidade .....	320
D. Investidura .....	320
E. Indeclinabilidade .....	320
F. Correlação .....	321
G. Unidade .....	322
5.3. Poderes da jurisdição .....	322
5.4. Competência .....	323
5.4.1. Competência em razão da matéria .....	328
a. Justiça militar .....	328
b. Justiça eleitoral .....	333
c. Justiça do trabalho .....	336
d. Justiça federal .....	336
e. Justiça estadual .....	350
5.4.2. Competência por prerrogativa de função .....	350
5.4.3. Competência territorial .....	358
5.4.4. Modificação da competência .....	365
a. Conexão .....	365
b. Continência .....	368
c. Reunião e separação dos processos .....	370
d. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	372
Súmulas relacionadas .....	372
Questões .....	376
<b>6. Incidentes processuais .....</b>	<b>387</b>
6.1. Aspectos iniciais .....	387
6.2. Questões judiciais .....	387

6.3. Exceções.....	390
A. Suspeição.....	391
B. Incompetência de juízo.....	394
C. Litispendência.....	396
D. Ilegitimidade de parte.....	398
E. Coisa julgada.....	399
6.4. Incidentes.....	401
A. Falsidade.....	401
B. Insanidade.....	402
6.5. Restituição de coisas apreendidas.....	406
6.6. Conflito de competência.....	410
Súmulas relacionadas.....	413
Questões.....	413
<b>7. Teoria da prova penal.....</b>	<b>425</b>
7.1. Aspectos iniciais.....	425
7.2. Certeza e verdade na prova penal.....	426
7.3. Sistemas de valoração da provas.....	429
A. Sistema da prova tarifada.....	429
B. Sistema da íntima convicção.....	430
C. Sistema do livre convencimento motivado.....	431
7.4. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.....	433
7.5. Os indícios.....	434
7.6. Objeto da prova.....	437
7.7. Prova emprestada.....	438
7.8. <i>Standards</i> probatórios.....	441
7.9. O ônus da prova.....	445
7.10. O ativismo judicial penal.....	449
7.11. A figura do juiz das garantias.....	450
7.12. Das provas ilícitas.....	456
A. Prova ilícita por derivação.....	458
A.1. Teoria da fonte independente.....	462
A.2. Teoria da descoberta inevitável.....	465



A.3. Limitação da mancha purgada .....	468
B. Serendipidade .....	469
7.13. Das provas em espécie .....	471
A. Exame de corpo de delito e cadeia de custódia .....	471
A.1. Exame de corpo de delito .....	471
A.2. Cadeia de custódia .....	478
B. Interrogatório .....	485
B.1. Conceito .....	485
B.2. Características .....	488
B.3. Condução coercitiva para interrogatório .....	489
B.4. Interrogatório por videoconferência .....	495
C. Confissão .....	496
D. Declarações do ofendido .....	500
E. Prova testemunhal .....	503
F. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	506
G. Acareação .....	508
H. Busca e apreensão .....	509
I. Interceptação telefônica .....	513
J. Delação premiada .....	519
K. Ação controlada de policiais .....	526
L. Agente infiltrado .....	527
Súmulas relacionadas .....	530
Questões .....	531
<b>8. Medidas cautelares penais .....</b>	<b>545</b>
8.1. Aspectos iniciais .....	545
8.2. Tempo e processo penal .....	547
8.3. O direito fundamental a um processo penal sem dilações indevidas .....	552
8.4. Efetividade e medida cautelar .....	557
8.5. Tutelas provisórias .....	560
8.6. Tutela de urgência e tutela provisória .....	562
8.7. Tutela definitiva e tutela provisória .....	563

8.8. Tutela de evidência ..	564
8.9. Tutela antecipada e sua aplicação no processo penal em favor da liberdade...	566
8.10. Tutela antecipada e medida cautelar: conceito e distinções	570
8.11. Medida liminar e medida cautelar	574
8.12. Da fungibilidade entre tutela antecipada e medida cautelar ...	575
8.13. Características das medidas cautelares...	579
8.14. O poder geral de cautela	580
8.15. Classificação das medidas cautelares	581
8.16. Cautelares em espécie.	582
8.16.1. Medidas cautelares de natureza real...	582
a. Sequestro	583
b. Especialização e inscrição da hipoteca legal	585
c. Arresto subsidiário de bens móveis	586
8.16.2. Medidas cautelares relativas à prova.	587
8.16.3. Medidas cautelares de natureza pessoal...	587
Súmulas relacionadas..	587
● Questões...	587
<b>9. Medidas cautelares pessoais: prisão e liberdade</b>	<b>599</b>
9.1. Aspectos iniciais	599
9.2. O assento constitucional do tema	600
9.3. Conceito e classificação ..	601
9.4. Prisão especial ..	602
9.5. Prisão em flagrante ...	605
9.6. Prisão temporária.....	616
9.7. Prisão preventiva .....	624
A. O <i>Fumus Comissi Delicti</i> ...	633
A.1. Prova da existência do crime	633
A.2. Indícios suficientes de autoria	634
B. O <i>Periculum Libertatis</i> .....	634

B.1. Garantia da ordem pública .....	635
B.2. Garantia da ordem econômica .....	637
B.3. Conveniência da instrução criminal .....	640
B.4. Assegurar a aplicação da lei penal .....	641
9.8. A presunção de inocência e a prisão em 2ª instância .....	651
9.9. A prisão domiciliar .....	656
9.10. Em resumo: as principais alterações da nova Lei de prisões (LEI 12.403/11) .....	659
9.11. A liberdade .....	667
A. Relaxamento da prisão .....	667
B. Revogação de prisão preventiva .....	668
C. Revogação de prisão temporária .....	668
D. Liberdade provisória .....	669
D.1. Plena .....	669
D.2. Com aplicação de outras medidas cautelares .....	670
Súmulas relacionadas .....	680
Questões .....	681
<b>10. Procedimentos criminais .....</b>	<b>693</b>
10.1. Aspectos iniciais .....	693
10.2. Procedimento ordinário .....	693
10.3. Procedimento sumário .....	705
10.4. Procedimento sumaríssimo .....	706
A. Princípios do JECRIM .....	709
B. O rito do JECRIM .....	711
B.1. O termo circunstanciado .....	711
B.2. A audiência preliminar .....	712
B.3. O oferecimento da peça acusatória .....	717
B.4. Suspensão condicional do processo .....	717
B.5. A defesa preliminar .....	720
B.6. Instrução e sentença .....	720
B.7. Recursos e ações autônomas no JECRIM .....	720

10.5. Procedimentos especiais.....	722
A. Procedimento da lei de tóxicos.....	722
B. Procedimentos dos crimes praticados por funcionários públicos.....	728
C. Procedimento dos crimes contra a honra.....	731
D. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	736
E. Procedimento dos crimes falimentares.....	738
Súmulas e enunciados.....	740
Questões.....	748
<b>11. O Tribunal popular do Júri.....</b>	<b>761</b>
11.1. Aspectos iniciais.....	761
11.2. A história do tribunal do júri.....	764
11.3. Princípios do júri.....	766
A. Plenitude de defesa.....	767
B. Sigilo das votações.....	767
C. Soberania dos veredictos.....	769
D. Competência para os crimes dolosos contra a vida.....	770
11.4. Características do júri.....	771
11.5. O procedimento bifásico do júri.....	771
11.6. O <i>Iudicium Accusationis</i> .....	772
A. Pronúncia.....	777
B. Impronúncia.....	784
C. Absolvição sumária.....	786
D. Desclassificação.....	789
11.7. Desaforamento.....	790
11.8. <i>Iudicium Causae</i> .....	796
A. Preparação para o júri.....	796
B. A organização do júri.....	796
C. Os jurados.....	797
D. A sessão de julgamento.....	800
Súmulas relacionadas.....	822
Questões.....	823
<b>12. Sentença e caso julgado penal.....</b>	<b>837</b>

12.1. Aspectos iniciais.....	837
12.2. Atos do julgador.....	840
12.3. A sentença penal.....	843
A. Conceito.....	843
B. Estrutura.....	844
B.1. A identificação das partes.....	844
B.2. A exposição sucinta dos argumentos da acusação e da defesa.....	845
B.3. A fundamentação, ou seja, as razões de decidir.....	845
B.4. A indicação dos artigos previstos na legislação penal.....	851
B.5. O dispositivo.....	851
B.6. Assinatura.....	851
C. Sentença absolutória.....	851
D. Sentença condenatória.....	853
D.1. Dosimetria da pena.....	854
D.2. Efeitos da sentença penal condenatória.....	859
12.4. Princípio da correlação.....	867
12.5. <i>Emendatio Libelli</i> .....	869
12.6. <i>Mutatio Libelli</i> .....	872
12.7. O fim da <i>Emendatio Libelli</i> .....	873
12.8. O caso julgado penal.....	876
12.9. Caso julgado penal formal e material.....	884
12.10. Limites objetivos e subjetivos do caso julgado penal.....	888
Súmulas relacionadas.....	892
Questões.....	893

<b>13. A teoria do precedente judicial e sua aplicação ao processo penal.....</b>	<b>905</b>
13.1. Introdução.....	905
13.2. A tradição jurídica do <i>Common Law</i> .....	906
13.3. Noção de precedente judicial.....	914
13.4. O precedente judicial na dimensão da igualdade.....	920

13.5. O precedente judicial na dimensão da segurança jurídica .....	926
13.6. A importância da fundamentação das decisões judiciais no sistema de precedentes .....	931
13.7. O <i>Stare Decisis</i> .....	936
13.8. O conceito de <i>Ratio Decidendi</i> .....	943
13.9. O conceito de <i>Obiter Dictum</i> .....	947
13.10. Técnicas utilizadas na aplicação e superação dos precedentes .....	952
13.11. Aplicação e superação do precedente .....	954
13.12. <i>Distinguishing</i> .....	962
13.13. <i>Signaling</i> .....	969
13.14. <i>Transformation</i> .....	973
13.15. <i>Overruling</i> .....	977
13.16. Um triste caso de <i>Overruling</i> no processo penal brasileiro: a limitação do uso do <i>Habeas Corpus</i> pelo STF .....	985
13.17. <i>Overriding</i> .....	989
13.18. Efeito temporal da revogação dos precedentes .....	994
13.19. Considerações finais .....	1001
Questões .....	1001
<b>14. Recursos .....</b>	<b>1007</b>
14.1. Aspectos iniciais .....	1007
14.2. Conceito e características .....	1008
14.3. Princípios .....	1012
A. Duplo grau de jurisdição .....	1012
B. Unirrecorribilidade das decisões .....	1017
C. Fungibilidade .....	1019
D. <i>Non Reformatio in Pejus</i> .....	1021
14.4. Pressupostos recursais .....	1025
A. Pressupostos objetivos .....	1026
A.1. Cabimento .....	1026
A.2. Adequação .....	1026
A.3. Tempestividade .....	1027

A.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos...	1027
A.5. Regularidade formal...	1030
B. Pressupostos subjetivos	1031
B.1. Legitimidade recursal	1031
B.2. Interesse recursal	1032
14.6. Recursos criminais em espécie	1034
14.6.1. Recurso em sentido estrito	1034
14.6.2. Apelação	1049
14.6.3. Embargos infringentes e de nulidade	1061
14.6.4. Embargos de declaração...	1065
14.6.5. Agravo em execução	1070
14.6.6. Carta testemunhável	1072
14.6.7. Correição parcial	1077
14.6.8. Recurso especial e recurso extraordinário	1082
14.6.9. Agravo em recurso especial e extraordinário	1094
14.6.10. Agravo interno ou regimental	1098
Súmulas relacionadas	1101
Questões	1105
<b>15. Nulidades</b>	<b>1119</b>
15.1. Aspectos iniciais	1119
15.2. Da necessária interpretação normativa	1121
15.3. Breves considerações sobre a norma jurídica	1125
15.4. O devido processo legal como um direito fundamental irradiante	1127
15.5. A nulidade como consequência da violação da norma constitucional do devido processo penal	1132
15.6. A teoria bipartida da tipicidade processual penal conglobante	1134
15.7. A classificação doutrinária das nulidades – uma visão crítica	1136
15.8. Repensando os princípios das nulidades no processo penal	1141

A. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i> .....	1141
B. Convalidação.....	1144
C. Interesse.....	1146
D. Instrumentalidade das formas.....	1147
15.9. A banalização do conceito de nulidade relativa na jurisprudência e as violações constitucionais.....	1151
15.10. Das nulidades em espécie.....	1157
I. Por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	1157
II. Por ilegitimidade de parte.....	1161
III. Por falta das fórmulas ou dos termos seguintes.....	1162
IV. Por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1186
V. Em decorrência de decisão carente de fundamentação.....	1188
Súmulas relacionadas.....	1190
Questões.....	1191
<b>16. Das ações autônomas de impugnação     no processo penal.....</b>	<b>1203</b>
16.1. Aspectos iniciais.....	1203
16.2. Do <i>habeas corpus</i> .....	1203
16.2.1. Histórico.....	1203
16.2.2. Conceito e natureza.....	1210
16.2.3. Classificação e legitimidade.....	1211
16.2.4. Hipóteses de cabimento.....	1213
16.2.5. Competência.....	1217
16.2.6. Procedimento.....	1218
16.2.7. Dos recursos em <i>habeas corpus</i> .....	1219
16.3. Mandado de segurança em matéria criminal.....	1223
16.3.1. Conceito.....	1223
16.3.2. Legitimidade, procedimento e competência.....	1229
16.4. Revisão criminal.....	1231
16.4.1. Histórico da revisão criminal.....	1231
16.4.2. Conceito.....	1234
16.4.3. Natureza jurídica.....	1236



16.4.4. Hipóteses de cabimento.....	1237
16.4.5. Uma nova leitura do art. 621, I, do CPP.....	1240
16.4.6. O <i>Overruling</i> como fundamento para a revisão criminal.....	1246
16.4.7. Alguns casos de <i>Overruling</i> no Brasil.....	1248
16.4.8. Revisão criminal em sentença absolutória.....	1256
16.4.9. Revisão criminal <i>Pro Societate</i> .....	1258
16.4.10. <i>Reformatio In Pejus</i> Direta e Indireta.....	1259
16.4.11. Revisão criminal nas decisões do júri.....	1263
16.4.12. Revisão criminal na Lei nº 9.099/95.....	1265
16.4.13. Competência e procedimento.....	1267
16.4.14. Oportunidade e legitimidade.....	1269
16.4.15. O ônus da prova.....	1270
16.4.16. Indenização por erro judiciário.....	1277
16.4.17. Tutela antecipada em sede de revisão criminal.....	1279
a. Tutela de urgência e de evidência.....	1285
a.1. A tutela de urgência.....	1285
a.2. A tutela de evidência.....	1288
b. Tutela antecipada em revisão criminal.....	1290
c. Antecipação de tutela e os demais efeitos da condenação.....	1294
d. Análise jurisprudencial.....	1299
Súmulas relacionadas.....	1304
Questões.....	1305
<b>Conclusão.....</b>	<b>1319</b>
<b>Referências.....</b>	<b>1351</b>